

Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBM), Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC/“RC”) e Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE), de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Termo de Referência deste Edital (Anexo I), oferecidos pela proposta classificada em primeiro lugar, para o item, nos termos deste Edital, no certame acima mencionado, da seguinte empresa:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	NOTEBOOK - 14 TIPO 1 - Processador Intel Core i5-4300U - Marca Probook 440 HP	230	R\$ 4.420,00	R\$ 1.016.600,00
02	NOTEBOOK - 14 TIPO 2 Notebook HP Elitebook 840 Processador Intel Core i5-4300U;	110	R\$ 5.020,00	R\$ 552.200,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 e Decreto nº. 876/2013 e demais legislações correlatas. DATA DE ASSINATURA: 26/11/2014. VIGÊNCIA: De 26/11/2014 à 25/11/2015. SIGNATÁRIOS: Pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, o Senhor Claudio Jorge da Costa Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa; e pela Empresa: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA, o Sr. Renato Gomes Ferreira Diretor Comercial.

Protocolo 782153

POLÍCIA CIVIL

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 1957/2014-DGPC/OD/DRF DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLVE: I- TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 1928/14-DGPC/OD/DRF de 04/12/2014, publicado no DOE nº 32786 de 11/12/14, Publicação nº 780084, em virtude da não realização da despesa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE RILMAR FIRMINO DE SOUSA.

Delegado Geral / Ordenador de Despesas.

Protocolo 782190

PORTARIA N.º 1958/2014-DGPC/OD/DRF DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLVE: I- TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 1931/14-DGPC/OD/DRF de 04/12/2014, publicado no DOE nº 32786 de 12/12/14, Publicação nº 780580, em virtude da não realização da despesa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE RILMAR FIRMINO DE SOUSA.

Delegado Geral / Ordenador de Despesas.

Protocolo 782194

PORTARIA N.º 1959/2014-DGPC/OD/DRF DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLVE: I- TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 1930/14-DGPC/OD/DRF de 04/12/2014, publicado no DOE nº 32786 de 11/12/14, Publicação nº 780109, em virtude da não realização da despesa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE RILMAR FIRMINO DE SOUSA.

Delegado Geral / Ordenador de Despesas.

Protocolo 782201

PORTARIA N.º 1961/2014-DGPC/OD/DRF DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

RESOLVE: I- TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 1933/14-DGPC/OD/DRF de 04/12/2014, publicado no DOE nº 32787 de 12/12/14, Publicação nº 780571, em virtude da não realização da despesa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE RILMAR FIRMINO DE SOUSA.

Delegado Geral / Ordenador de Despesas.

Protocolo 782212

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N.º 173 / 2014 -DGPC/DIVERSOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e suas alterações introduzidas pelas Leis de nº 046/2004 e 055/2006, que confere atribuições ao Delegado Geral para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO as normas contidas no Decreto Governamental nº 2.235, de 16/07/1997, que dispõe sobre a delegação de atribuições aos Secretários de Estado e Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº 2.750, de 28/12/2006, que regulamenta a apuração e julgamento dos requisitos do Estágio Probatório previsto no Artigo 50, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a conclusão dos Processos de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores da Polícia Civil, abaixo relacionados, nos cargos de Delegado de Polícia Civil nomeados em 15 DE OUTUBRO DE 2011 e empossados em 25 DE OUTUBRO DE 2011, conforme Portaria nº 0007/2011-GAB/CGPC, de 16.01.2012;

R E S O L V E :

I - Considerar ESTÁVEIS os servidores Delegados de Polícia Civil, abaixo relacionados, nomeados através de Concurso público, em razão de terem preenchidos todos os requisitos exigidos no Estágio Probatório, de acordo com o disposto nos Artigos 50, 51 e 52 da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, e no Artigo 18, do Decreto nº 2.750, de 28/12/2006, a contar do dia 25.10.2014:

DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL
ADRIANA CARLA MAGNO BARBOSA
ARTHUR DO ROSÁRIO BRAGA
CAIO CARMELLO ROCHA LOBO
GLAUCIA NICIA DE OLIVEIRA CRISTO
RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO
THIAGO JOSÉ DE MENEZES DIAS
THIAGO SANTOS DA SILVA
VINICIUS SOUSA DIAS

II - Determinar às Diretorias, de Polícia do Interior, de Administração e de Recursos Humanos que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo 782165

PORTARIA N.º 174/ 2014 -DGPC/DIVERSOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e suas alterações introduzidas pelas Leis de nº 046/2004 e 055/2006, que confere atribuições ao Delegado Geral para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO as normas contidas no Decreto Governamental nº 2.235, de 16/07/1997, que dispõe sobre a delegação de atribuições aos Secretários de Estado e Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº 2.750, de 28/12/2006, que regulamenta a apuração e julgamento dos requisitos do Estágio Probatório previsto no Artigo 50, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a conclusão do Processo de Avaliação de Estágio Probatório da servidora da Polícia Civil, ROSELY NATALINA VINAS DA COSTA, Investigadora de Polícia Civil, nomeada em 15 DE OUTUBRO DE 2010 e empossada em 25 DE OUTUBRO DE 2010, prorrogado por 391 (Trezentos e noventa e um) dias, cujo término encerrou no dia 20.11.2014, conforme Portaria nº 033/2011-GAB/CORREGEPOL, de 27.05.2011;

R E S O L V E :

I - Considerar ESTÁVEL a servidora ROSELY NATALINA VINAS DA COSTA, Investigadora de Polícia Civil, nomeada através de Concurso público, em razão de ter preenchido todos os requisitos exigidos no Estágio Probatório, de acordo com o disposto nos Artigos 50, 51 e 52 da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, e no Artigo 18, do Decreto nº 2.750, de 28/12/2006, a contar do dia 20.11.2014;

II - Determinar às Diretorias, de Polícia do Interior, de Administração e de Recursos Humanos que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo 782168

PORTARIA N.º 175 / 2014 -DGPC/DIVERSOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e suas alterações introduzidas pelas Leis de nº 046/2004 e 055/2006, que confere atribuições ao Delegado Geral para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO as normas contidas no Decreto Governamental nº 2.235, de 16/07/1997, que dispõe sobre a delegação de atribuições aos Secretários de Estado e Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº 2.750, de 28/12/2006, que regulamenta a apuração e julgamento dos requisitos do Estágio Probatório previsto no Artigo 50, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a conclusão do Processo de Avaliação de Estágio Probatório da servidora da Polícia Civil, AMANDA BRABO DE OLIVEIRA, Escrivã de Polícia Civil, nomeada em 15 DE OUTUBRO DE 2010 e empossada em 25 DE OUTUBRO DE 2010, prorrogado por 358 (Trezentos e cinquenta e oito) dias, cujo término encerrou no dia 18.10.2014, conforme Portaria nº 029/2011-GAB/CORREGEPOL, de 27.05.2011;

R E S O L V E :

I - Considerar ESTÁVEL a servidora de Polícia Civil AMANDA BRABO DE OLIVEIRA, Escrivã de Polícia Civil nomeada através de Concurso público, em razão de ter preenchido todos os requisitos exigidos no Estágio Probatório, de acordo com o disposto nos Artigos 50, 51 e 52 da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, e no Artigo 18, do Decreto nº 2.750, de 28/12/2006, a contar do dia 18.10.2014;

II - Determinar às Diretorias, de Polícia do Interior, de Administração e de Recursos Humanos que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo 782172

PORTARIA N.º 177 / 2014 -DGPC/DIVERSOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e suas alterações introduzidas pelas Leis de nº 046/2004 e 055/2006, que confere atribuições ao Delegado Geral para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO as normas contidas no Decreto Governamental nº 2.235, de 16/07/1997, que dispõe sobre a delegação de atribuições aos Secretários de Estado e Dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Governamental nº 2.750, de 28/12/2006, que regulamenta a apuração e julgamento dos requisitos do Estágio Probatório previsto no Artigo 50, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a conclusão do Processo de Avaliação de Estágio Probatório do servidor da Polícia Civil, KLEVERSON ARLEN CAVALCANTE SILVA, Escrivão de Polícia Civil, nomeado em 15 DE OUTUBRO DE 2010 e empossado em 25 DE OUTUBRO DE 2010, prorrogado por 394 (trezentos e noventa e quatro) dias, cujo término encerrou no dia 21.11.2014, conforme Portaria nº 032/2011-GAB/CORREGEPOL, de 27.05.2011.

R E S O L V E :

I - Considerar ESTÁVEL o servidor de Polícia Civil KLEVERSON ARLEN CAVALCANTE SILVA, Escrivão de Polícia Civil, nomeado através de Concurso público, em razão de ter preenchido todos os requisitos exigidos no Estágio Probatório, de acordo com o disposto nos Artigos 50, 51 e 52 da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994, e no Artigo 18, do Decreto nº 2.750, de 28/12/2006, a contar do dia 21.11. 2014;

II - Determinar às Diretorias, de Polícia do Interior, de Administração e de Recursos Humanos que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo 782178